

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.657 - SP (2019/0318580-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECORRENTE** : A C DE M C G  
**ADVOGADO** : NADJA MARTINES GOUVÊA PIRES CARVALHO MALDONADO -  
SP169452  
**RECORRIDO** : G D E G (MENOR)  
**RECORRIDO** : B D E G (MENOR)  
**REPR. POR** : T P D E  
**ADVOGADO** : CAMILA SATSUKI YUKI COLONTONIO - SP368092  
**SOC. de ADV.** : HESKETH ADVOGADOS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário interposto por A. C. de M. C. G., com fulcro no art. 105, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido em *habeas corpus* pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*"HABEAS CORPUS - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - Habeas Corpus - Remédio que se presta apenas para exame dos aspectos da legalidade da ordem - Motivos arguidos pelo devedor na justificativa oferecida que não afastam o decreto de prisão civil - Ordem denegada"* (e-STJ fl. 113 grifou-se).

Consta dos autos que A. C. de M. C. G. foi condenado pelo Juízo de Direito da 7ª Vara da Família e Sucessões - Foro Central Cível/SP à prisão civil na ação de execução de alimentos promovida por seus filhos G. D. E. G. e B. D. E. G.

No presente recurso ordinário o impetrante reitera argumento apresentado no supracitado *habeas corpus* anterior de que houve erro nos cálculos apresentados pela contadoria judicial e que não tem condições econômico-financeiras para arcar com o débito alimentar.

Afirma nas razões do recurso ordinário a existência de cerceamento de defesa na origem e que após 2015 os valores fixados a título de alimentos passaram a ser descontados na sua folha de pagamento diretamente.,

Sustenta ainda que

*(...) Ocorre, porém, que até outubro de 2014 os valores foram totalmente atualizados às fls. 250/253 dos autos e o cálculo homologado judicialmente em despachos de fls. 278 e 282 daquele feito.*

*Assim, o período a ser apurado é o compreendido de novembro de 2014 a novembro de 2015 e foram calculados,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*erroneamente, o período de setembro de 2.013 a outubro de 2.014.*

*Entretanto, à despeito de tal situação a fim de pôr encerrar a lide, mesmo sabendo que não deve o valor que foi intimado a pagar, o paciente houve por bem fazer um empréstimo e quitar o supostamente apurado, conforme despacho de fls. 899 dos autos de execução, no total de R\$ 16.479,59, principalmente por tal valor ser revertido em favor de seus filhos, de modo que este pagamento ocorreu por mera liberalidade e não por ser devido (...)" (e-STJ fl. 123).*

O tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus* nos termos da ementa já citada e da seguinte fundamentação:

*"(...) No caso vertente, essa obediência é inquestionável.*

*Não obstante as razões que fundamentaram o despacho inaugural (deferindo a liminar), com a vinda dos informes prestados pelo Juízo impetrado, de rigor anotar que se cuida de habeas corpus preventivo.*

*Ou seja, a prisão do paciente ainda não foi decretada, inobstante a rejeição da justificativa ofertada.*

*De qualquer forma, diante do quadro fático até então apresentado, não vislumbro causa para a concessão da ordem, conquanto o executado e aqui paciente sequer se insurge quanto ao montante da dívida. É, na verdade, devedor confesso e contumaz. Sugere erro no cálculo apresentado pela Contadoria Judicial, o qual foi deferido pelo magistrado e, na sequência, foi determinada a sua intimação para realizar o pagamento do débito alimentar.*

*Com efeito, não se vislumbra nenhuma ilegalidade em eventual decretação da prisão civil, passível de correção por meio de habeas corpus.*

Vale notar que o Juízo na origem indeferiu por completo a impugnação apresentada pelo executado, determinando a intimação do executado para realizar o pagamento do débito apurado.

***Dessa forma, os motivos arguidos pelo devedor na justificativa oferecida não afastam o decreto de prisão civil em decorrência do não pagamento dos alimentos devidos aos exequentes.***

*Ademais, o habeas corpus não é a via adequada para tratar da revisão dos alimentos (...) Na mesma esteira, o posicionamento da d. Procuradoria Geral de Justiça, observando, em seu judicioso parecer, que: "No mais, tem-se que os estreitos limites de cognição de 'habeas corpus' não permitem uma análise detida sobre fatos e provas que envolvem os destacados 'cálculos de liquidação' objeto de questionamento no feito originário. Aliás, segundo consta, tais cálculos e suas impugnações foram devidamente apreciados pelo Juízo natural da causa (fls. 64).'*

*Isto posto, pelo meu voto, denego a ordem (...)" (e-STJ fls. 112-115 - grifou-se).*

Requer seja deferido o efeito suspensivo ao recurso ordinário e a concessão da

ordem para, ao final, afastar o decreto prisional (e-STJ fl. 127).

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 161-164).

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar por meio do seu representante legal, o Subprocurador-Geral da República Antonio Carlos Alpino Bigonha, opinou pela denegação da ordem:

*"Direito de Família. Execução de Alimentos. Descumprimento da obrigação. Prisão Civil. Possibilidade.*

*- O alegado erro de cálculos, exaustivamente discutido na ação de execução dos alimentos, não pode ser analisado na via estreita do habeas corpus, em razão da necessidade de revolvimento da matéria fático-probatória.*

*Parecer pelo não provimento do recurso ordinário em habeas corpus"* (e-STJ fls. 190-192).

É o relatório.

**DECIDO.**

A ordem de *habeas corpus* não merece ser concedida.

De início, não se visualiza hipótese de flagrante ilegalidade apta a relativizar a regra do art. 733 do Código de Processo Civil.

Compulsando os autos, verifica-se que o paciente não vem efetuando os pagamentos devidos a título de pensão alimentícia aos filhos, dívida que ainda persiste.

É cediço que o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem no curso do processo, nos termos da Súmula nº 309/STJ.

Ademais, no caso concreto, o valor final do débito alimentar resultou da desídia do paciente, não havendo falar em nenhuma ilegalidade na suposta ordem de prisão, sequer cumprida até o presente momento.

Registre-se, ainda, que a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o recurso ordinário em *habeas corpus* não constitui a via adequada para o exame aprofundado de provas, indispensável à aferição da incapacidade financeira do paciente para cumprir com o pagamento de verba alimentar fixada judicialmente.

Nesse sentido:

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS. ART. 733, § 1º, CPC. SÚMULA Nº 309/STJ. CAPACIDADE ECONÔMICA DO ALIMENTANTE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SÚMULA Nº 358/STJ.**

**1. A decretação da prisão do alimentante, nos termos do art. 733, § 1º, do**

*CPC, revela-se cabível quando não adimplidas as três últimas prestações anteriores à propositura da execução de alimentos, bem como as parcelas vincendas no curso do processo executório, nos termos da Súmula nº 309/STJ, sendo certo que o pagamento parcial do débito não elide a prisão civil do devedor.*

**2. O habeas corpus, que pressupõe direito demonstrável de plano, não é o instrumento processual adequado para aferir a dificuldade financeira do alimentante em arcar com o valor executado, pois demandaria o reexame aprofundado de provas.**

*3. A verificação da capacidade financeira do alimentante e a eventual desnecessidade dos alimentados diante da maioria alcançada demanda dilação probatória aprofundada (Súmula nº 358/STJ), análise incompatível com a via restrita do habeas corpus, que somente admite provas pré-constituídas.*

*4. Recurso ordinário não provido" (RHC nº 32.088/SP, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 17/4/2012, DJe 23/4/2012 - grifou-se).*

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. INADIMPLÊNCIA DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. ALEGAÇÃO DE ERRO DE CONSENTIMENTO E INCAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE POR MEIO DO WRIT. LEGALIDADE DA PRISÃO. OBSERVÂNCIA DA SÚMULA N. 309 DO STJ. RECURSO IMPROVIDO.**

**1. Não cabe analisar a ocorrência de erro de consentimento e incapacidade financeira do recorrente por meio do writ, pois seu processamento não comporta dilação probatória, não sendo instrumento adequado para análise de fatos e provas.**

*2. Constata-se a legalidade da prisão civil, segundo o disposto na Súmula n. 309 do STJ, que assim determina: 'O débito alimentar que autoriza prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem no curso do processo'.*

*3. Recurso improvido" (RHC 29.525/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2012, DJe 02/03/2012)*

Aliás, no mesmo sentido é o teor do parecer do órgão ministerial:

**"(...) O argumento utilizado pelo recorrente, consubstanciado em inconformismo com os cálculos apresentados pela contadoria, não pode ser analisado na expedita via eleita, ante a impossibilidade de revolvimento de matéria fático-probatória (...) Com efeito, o reexame dos valores devidos a título de alimentos deve ser discutido em ação própria, não cabendo a verificação dos valores em habeas corpus.**

*Na hipótese dos autos, a instância ordinária, ao denegar o habeas corpus, foi clara ao afirmar que não se vislumbra ilegalidade da eventual decretação de prisão civil, tendo em vista que o Juízo de origem indeferiu a impugnação aos cálculos apresentada, determinando a*

# Superior Tribunal de Justiça

*intimação para pagamento. Registrou-se ainda que o habeas corpus não é a via adequada para tratar de revisão dos alimentos, fls. (e-STJ) 113/115:*

*'Com efeito, não se vislumbra nenhuma ilegalidade em eventual decretação da prisão civil, passível de correção por meio de habeas corpus.*

*Vale notar que o Juízo na origem indeferiu por completo a impugnação apresentada pelo executado, determinando a intimação do executado para realizar o pagamento do débito apurado'.*

***Dessa forma, os motivos arguidos pelo devedor na justificativa oferecida não afastam o decreto de prisão civil em decorrência do não pagamento dos alimentos devidos aos exequentes.***

*Ademais, o habeas corpus não é a via adequada para tratar da revisão dos alimentos. Assim, ante a ausência de abuso, excesso ou ilegalidade em eventual decretação de prisão civil, em razão da ausência de pagamento do débito apurado, deve ser mantido o v. acórdão hostilizado, uma vez que a questão envolve a efetiva comprovação da quitação de débitos alimentares, pretensão incompatível com a cognição sumária do remédio constitucional.*

*Por todo o exposto, opina o Ministério Público Federal pelo não provimento do presente recurso ordinário em habeas corpus" (e-STJ fls. 191-192 - grifou-se).*

Assim, revela-se cabível a decretação da prisão do alimentante, nos termos do art. 733 do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, denego a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator